

UM DEBATE TEÓRICO DA TIPIFICAÇÃO DO MODELO DE PARTIDO ANARQUISTA*

Bruno Lima Rocha¹

RESUMO: O modelo que apresentamos em particular não se trata de uma novidade para o universo da política. Se os estudos sobre o tema são novos ou inexistentes, se este formato de organização política não se transformara em objeto estudo, isto se deu devido à correlação de forças no interior do campo e da academia e da ausência de transposição dos debates travados na esquerda mundial para o universo acadêmico. Este modelo aborda a organização política de militantes especificamente aderentes a um corpo ideológico-doutrinário. Por não ser de massas, em contraposição, está no formato de quadros, sem filiação aberta e cujo grau de compromisso dá-se através dos círculos concêntricos. Tal modalidade ganha definições ao longo de sua história, tais como: organicismo, plataformismo, especificismo; todas identificadas também como a definição de partido anarquista (federação específica).

PALAVRAS-CHAVE: Partido anarquista; círculos concêntricos; formação de quadros; democracia radical

INTRODUÇÃO

O modelo aqui apresentado, de matriz e perspectiva libertária, representa uma possibilidade de aplicação a partir de um campo de intenções, motivações normativas e interesses estratégicos dentro da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular. A hipótese formulada, na perspectiva da democracia social, é a ação de minoria política como um motor de acumulação de forças e radicalização democrática de longo prazo.

Assumimos algumas pré-condições como sempre presentes. Todo “modelo de partido” inclui na modelagem as condições e regras pelas quais este partido / organização política está constrangido e por onde esta mesma instituição (legalizada através de registro eleitoral e fundo partidário ou não) se dispõe a percorrer dentro de suas metas de médio e longo prazo. Para **ser teoricamente coerente é necessário apresentar modelos factíveis de serem testados** (grifo nosso²), mas que, antes de nada, sejam aplicáveis de acordo com as hipóteses levantadas.

Abordamos a organização política de militantes especificamente aderentes a um corpo ideológico-doutrinário. Por não ser de massas, em contraposição, está no

* Publicado originalmente na Revista Chilena de Derecho y Ciencia política, Diciembre 2019 • e-issn 0719-2150 • vol.10 • núm. 2 • págs. 97-121

¹ Jornalista, professor dos cursos de Jornalismo e Relações Internacionais da Unisinos, pesquisador do grupo Cepos e vice-líder do Grupo de Pesquisa Capital e Estado (CAPETA). Pós-doutorando em Economia pela UFRGS, Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mail: blimarochoa@gmail.com.

² A partir deste, todos os demais grifos, no correr do texto ou em citação, são de autoria do autor.

formato de quadros, sem filiação aberta e cujo grau de compromisso dá-se através dos círculos concêntricos, progredindo o nível de compromisso, segundo a potestade de votar e ser votado para funções-chave e delegadas da estruturação interna. Embora não seja exclusividade, em geral se atribui aos aderentes da ideologia anarquista esta forma de se organizar, um modelo federal e não massivo, cuja adesão dá-se através de círculos concêntricos e com a formação de militantes poli-funcionais. Tal modalidade ganha definições ao longo de sua história, todas identificadas também como a definição de partido ou federação anarquista³. Esta modalidade ganha definições ao longo de sua história, tais como: organicismo, plataformismo, especificismo⁴.

A ANCESTRALIDADE DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO AQUI DESENVOLVIDO

A forma de organização de tipo federalista não é nova, como já dissemos. Em 1868, no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)⁵, a então chamada ala federalista tinha em seu interior uma força política organizada denominada Aliança Internacional pela Democracia Socialista (conhecida como Aliança, ou ADS, de tipo bakuniniano, id), cujo referente público mais conhecido é o militante russo Mikhail Bakunin⁶. A Aliança tinha um funcionamento de organização de quadros, de tipo “carbonário” e com a maioria de seus militantes atuando em perfil baixo. Alguns referentes públicos eram líderes conhecidos dentro da AIT, e a mesma não atuava apenas dentro de um país ou território em específico. Era usual o envio de delegados e operadores (agentes com compromisso militante) para países e regionais distantes, tanto para organizar socialmente, como para estruturar uma célula da Aliança como para episódios pontuais insurrecionais.

³ A forma especificista/organicista/plataformista não é a única do anarquismo. Outras vertentes propõem o modelo “federação de grupos” (conhecido também como federação de síntese, ou sintetista) e também a forma “grupos de afinidade (que podem chegar a se organizar em uma federação de grupos ou redes). A maior parte da literatura, mesmo a ontologicamente vinculada ao anarquismo, tem uma abordagem da filosofia política dos que professam esta ideologia, e pouca atenção dão à estrutura orgânica e administrativa de suas organizações. O foco do artigo é justamente iniciar o debate a respeito dessa estrutura.

⁴ São mais conhecidas as grandes divisões do anarquismo em forma de filosofia política. Em geral associa-se a tradição de pensamento aderida à organização específica do anarquismo como anarcocomunista, vinda dos coletivistas de Bakunin (COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA, 2002, pp.10-12). A ala que não entende a necessidade de separar o nível político do político-social deu na síntese das idéias de anarquismo e sindicalismo, resultando no anarco-sindicalismo (para a crítica ao conceito expressa por MALATESTA Y COELHO, 2008, pp. 124-126).

⁵ COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA, 2000, pp. 76-79.

⁶ CAPPELLETTI, 1968.

Outra experiência de referência nesse modelo de partido foi fundada em 1891, o Partido Socialista Revolucionário Anárquico (PSRA)⁷, e seu referente mais conhecido é o anarquista napolitano Errico Malatesta (1853/1932, id). Embora contasse com acionar discreto, o PSRA tinha a forma-partido mais semelhante com a usual. Seus militantes eram referentes para os níveis de massa (social) e de corrente (políticossocial) e material de propaganda política. Os aderentes eram mais de tipo poli-funcionais, incluindo os tipos de ação direta praticados na Itália da época⁸.

Da Revolução Russa, atuando especificamente na Ucrânia, saiu o acúmulo de experiência de organização política de massas em meio da guerra civil (1918-1921). O Exército Insurrecional de Camponeses da Ucrânia (Exército Negro, também conhecido como Makhnovichna, ou Makhnovista, Archinov, cujo referente militante era Nestor Ivánovitch Makhnó (1888/1934)⁹, tinha a hegemonia político-militar-administrativa de vastas extensões ucranianas, e desenvolvia um acionar que partia da produção coletivizada e em cuja ponta estava um exército baseado em cavalaria móvel e cujos postos de mando eram todos eleitos. Houve então a fusão organização política/milícia libertária, promovendo simultaneamente a guerra de movimentos, o federalismo político e a autogestão sócio-econômica. Com a derrota para o Exército Vermelho em 1921, alguns sobreviventes do Estado-Maior do Exército Negro voltam a se agregar em Paris, França, e escrevem um manifesto político, reconhecido como uma obra de teoria política anarquista chamada de Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários¹⁰. Neste documento, que nos anos 1920 e 1930 teve ampla circulação, estão expressas quatro orientações teóricas básicas para o modelo até os dias atuais: Unidade Tática, Unidade Teórica, Responsabilidade Coletiva e Federalismo.

A exposição de experiências históricas¹¹ e de acúmulo entre e a partir destas organizações poderia resultar em toda uma tese. Mas, para ressaltar aqui neste trabalho, de comum entre estes modelos organizativos está: a seleção de ingresso (partido de quadros); a não participação em eleições estatais (anti-eleitoralismo); a ação de tipo minoria ativa (em contra da concepção de vanguarda de classe); a estrutura federativa

⁷. Conhecido como Partido Malatestiano, de acordo com o Coletivo Luta Libertária, 2002, p. 43.

⁸ Da fundação até o golpe fascista de 1922. GUÉRIN 1968, p. 127-131.

⁹ COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA, 2001.

¹⁰ DIELO TROUDA, 1997.

¹¹ Os exemplos históricos dados acima são referenciais não exclusivos. Tomamos como base de diálogo as experiências da Federação Anarquista Uruguiaia (FAU, fundada em 1956, MECHOSO, 2005, pp. 313-316) e da Federação Anarquista Gaúcha (FAG, fundada em 1995, FAG 2006). Em nenhum momento afirma-se que as três organizações aqui citadas são mais importantes historicamente do que outras, e no caso do anarquismo latino-americano, que a ideologia se encerra no especificismo praticado no Cone Sul.

interna e defendida como modo de organização social (federalismo político); o uso sistemático da força, em conflitos coletivos e de tipo massivo (ação direta como meio prioritário de gerar fatos políticos); projeção das estruturas sociais organizadas como prioritárias, eliminando a intermediação profissional (protagonismo popular) e a existência de possibilidade de crítica e promoção interna, crescendo o aumento de responsabilidades políticas segundo o grau de compromisso do militante (democracia interna e renovação).

O DEBATE DA CARACTERIZAÇÃO E TIPIFICAÇÃO DE FUNÇÕES DO PARTIDO POLÍTICO NO REGIME DEMOCRÁTICO

Ressaltamos que não é intenção deste artigo entrar no debate específico a respeito das teorias de partidos políticos. Reconhecemos que a ciência política tratou largamente o assunto, que o objeto de análise – partido político – é uma unidade de análise estrutural essencial para a o campo e que há extensa literatura a respeito. Segundo Baquero¹²,

Os estudos produzidos sobre partidos têm-se orientado em várias direções: aqueles que examinam os partidos do ponto de vista das funções que desempenham; aqueles que se preocupam com a caracterização do que os partidos são; aqueles que os analisam do ponto de vista de suas estruturas; aqueles que do ponto de vista ideológico, buscam compreender os partidos a partir do seu papel histórico.

Reconhecemos a validade de todas estas orientações de estudo, mas realizo um estudo que, do ponto de vista ideológico, aborda o partido no funcionamento de sua estrutura, daí certa ênfase a partir dos termos e conceitos empregados por Panebianco¹³. Esta abordagem das funções orgânicas é para observar o tipo de execução que esta unidade de análise tem no exercício do processo de Radicalização Democrática, entendendo este último como uma estratégia permanente passando pelo protagonismo popular, obrigando o Estado a ser responsivo, sendo compatível com a ampliação de direitos e liberdades coletivas e individuais, atendendo a multiplicidade de sujeitos, demandas, identidades e questões generalizáveis. Parte-se da premissa que o aumento substantivo da participação social e da contestação organizada gera as condições para o

¹² . BAQUERO, 2000, p. 22.

¹³ PANEBIANCO, 1982.

aumento da tensão social, estando por esta via a forma de projeção e tentativa de consolidação de hegemonia – a partir da incidência e inserção das estruturas organizadas das classes subalternas – da organização política anarquista, ou o partido anarquista.

Neste texto, nosso eixo analítico é o funcionamento da organização política e o treinamento necessário para sua projeção, dentro do conceito estratégico de radicalização de demandas pela via participativa e contestatória. O que muda no tocante ao modo tradicional da produção de ciência política - é o ponto de vista ideológico explícito – e não implícito, do tipo premissa oculta – e a localização da organização social voluntária e integrativa (partido político de quadros dotado de democracia interna) como estratégica para a acumulação de forças desde um ponto de vista classista e libertário.

Antes de voltar ao tema da modelagem desta organização, é interessante o diálogo com parte da literatura vigente. Abordo em específico naquilo que diz respeito à caracterização do partido, ao tipo de participação, ao ambiente macro-político (qual democracia?) e o formato de processo de longo prazo onde esta organização se insere. Para a caracterização de partidos políticos, uma definição passa por Bobbio¹⁴, quando os autores caracterizam o partido como:

[...] o partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica é se moverem na esfera do poder político. [...] as associações que podemos considerar propriamente como partidos surgem quando o sistema político alcançou certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão de trabalho que permitam por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes do sistema e, por outro, que entre essas partes se incluam, por princípio ou de fato, os representantes daqueles a quem as decisões políticas se referem [...].

Bobbio et al caracterizam os partidos como sendo de tipo de **organização de massa** (pp. 900-901) ou **eleitoral de massa** (p. 901) é visto como um fenômeno equivalente a uma configuração organizativa e como conjunto de funções desenvolvidas. Caracterizo estas funções, dentre várias, como as de representação política, intermediação política, questionamento político, incidência nas decisões

¹⁴ BOBBIO et al., 2004, tomo II, p. 905.

fundamentais de uma sociedade, escola de quadros para elites, nicho de poder específico, e porta-voz de interesses diversos, difusos e específicos. Também compreendo esta unidade de análise como um recipiente fomentador e acumulador de força social e de experiências de protesto e contestação. A função de pólo de debate estratégico é a natureza da organização social de tipo partido político aqui sendo estudada.

Já Villalba e Muñoz¹⁵ aportam uma classificação de partidos mais complexa e completa. Estes seriam¹⁶: carismáticos (com forte liderança de um indivíduo, muitas vezes adotam seu nome ou aderem a este personagem); programáticos (que se estruturam em torno de um programa); monoclássistas (cujo foco organizativo e de representação é de uma classe ou setor de classe); policlássistas (se dizem representar a interesses comuns a toda a sociedade); doutrinários (baseiam sua prática política em um sistema de idéias morais, políticas ou filosóficas, com alguma coerência discursiva); confessionais (adeptos de uma doutrina social de origem religiosa); nacionalistas (invoca o nacionalismo, o território original com motivação étnica, cultural, religiosa e expressando vontade de autonomia ou independência); de quadros (segundo os autores, caracterizados pela verticalidade de mando e autoritarismo); de massas (segundo os autores, caracterizados pela democracia interna e interação entre chefes, quadros e bases).

Nota-se que a maior parte das caracterizações e tipificações de partidos políticos diz respeito a agremiações que operam e disputam dentro de sistemas políticos constituídos. Mas, esta engenharia institucional não é algo “natural” na política e nem nas sociedades em geral, sequer nas “ocidentalizadas”. A relação direta entre complexidade do sistema político e a existência de partidos nos remete a um período anterior da representação. É importante ressaltar a etapa do Estado moderno antecedente aos partidos, como reforço da crítica à “naturalização” de uma forma organizativa. Para Bonavides¹⁷, a presença do partido político como parte do sistema político, legal, jurídico e estatal foi uma luta de posições. “Com efeito, não foi fácil ao Estado moderno acomodar-se em termos jurídicos a essa realidade nova, essencial e poderosa que é o partido político. Rejeitou-o o quanto pôde.”

¹⁵ VILLALBA E MUÑOZ, 2006, pp. 45-47.

¹⁶ Nesta citação e na que segue os comentários entre parênteses são de minha autoria

¹⁷ . BONAVIDES, 1978, p. 439.

Entendemos a relevância de se retornar para uma conceituação anterior a um sistema político legal, e não apenas restrito ao social. Porque para pensarmos em modelos não hegemônicos de organização social de tipo partido político é preciso compreender que a democracia de partidos de intermediação política não é absoluta e nem tampouco é a única forma de exercício do direito a se organizar e a expressar opinião e interesses.

Dentro da literatura a respeito de partidos políticos encontram-se distintas teorias, tipologias e formatos de análise. Entendo que uma generalização ilustrativa se encontra em Villalba e Muñoz¹⁸, onde os autores indicam como características dos partidos políticos: “organização permanente e durável; organização completa até em nível local; vontade de exercer e conquistar poder; vontade de convocatória, de atração e obtenção de respaldo popular; organização e representação de classes sociais” (pp. 41-42).

Além destas características, Villalba e Muñoz¹⁹ apresentam os níveis de participação, segundo sua leitura de Gramsci e de Duverger. Ressalvo que estas tipologias abordam, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino, a partidos eleitorais de massa. Concordo com esta caracterização, visto que estas tipologias abordam organizações sociais de filiações abertas. Voltando a caracterização das formas de participar, para Gramsci (*apud* Villalba e Muñoz²⁰), haveria três níveis de participação: base (necessitam de força de coesão); dirigentes (organizam parte da força de coesão); quadros (elementos polifuncionais) e outros elementos organizativos (encarregados de questões específicas e político-técnicos). Já na tipologia retratada por Villalba e Muñoz²¹ a respeito do estudo de Duverger (pp. 44-45); este divide o grau de participação em círculos, estando estes divididos em: eleitores (conjunto de cidadãos que expressam sua preferência a uma legenda ou sigla); simpatizantes (eleitores confessionais, que expressam aberta e regularmente sua preferência político-partidária); aderentes (afiliados de base mínima responsabilidades na estrutura) e militantes (aderentes ativos, em número menor e com capacidade organizativa superior).

O modelo aqui compreendido remonta à outra tradição, por fora do jogo eleitoral e que não se enquadra nestas tipificações. Para fins didáticos e termos comparativos (em diálogo com a literatura), a modelagem organizativa se refere a um

¹⁸ VILLALBA E MUÑOZ, 2006.

¹⁹ VILLALBA E MUÑOZ, 2006.

²⁰ VILLALBA E MUÑOZ, 2006, pp. 42-43.

²¹ VILLALBA E MUÑOZ, 2006.

partido de quadros, com organização por círculos de compromisso e adesão e com democracia interna. No campo doutrinário, se vê como interlocutor de uma frente de classes (classista, mas não exclusivista de um setor de classe); opera para a sociedade através de um viés classista e de maiorias; admite e reivindica a origem nacional e popular e necessariamente é programático. Mais à frente aprofundamos o conceito.

Entendo que é fundamental, antes de seguir na tipificação do partido político, entrar no tema do ambiente macro onde o mesmo está inserido. Na hipótese de trabalho do artigo, a organização política não é necessariamente de tipo partido competidor, partido eleitoral. E, não se trata especificamente de fortalecer ou não a saída de tipo insurgente, mas de aprofundar a capacidade de avanço democrático no interior das lutas e disputas pela ampliação de direitos coletivos e individuais. Por suposto que o modelo advoga uma base societária distributivista e por raciocínio lógico, a mesma é impossível sem disputa em distintos níveis, incluindo os da contestação por todos os meios. Mas, antes de entrar nesse mérito, faz-se necessário o debate a respeito da democracia.

Tal como a maioria dos cientistas políticos, entende-se que não há uma teoria unitária de democracia e que a mesma está em disputa. Também compreendo como válida a afirmação de que a vida em sociedade através do exercício de liberdade de expressão, de reunião, de organização e de manifestação são os pré-requisitos básicos para uma sociedade democrática. Embora essenciais, percebem-se estes direitos como não sendo fins em si mesmos. E, a garantia da estabilidade destes direitos não pode existir excluindo a dimensão social, distributiva, jurídica e econômica da democracia. Assim, não compreendo como “democrática” uma sociedade plena de direitos, mas onde as maiorias não influem de forma direta sobre e a respeito das decisões fundamentais e menos ainda onde as condições materiais mais básicas não são contempladas.

Abordando este tema através da unidade de análise partidos políticos, nos encontramos com um debate de fundo. O mesmo trata das regras e condutas pela qual o trabalho se posiciona. Para isso, necessita debater qual o conceito de democracia estamos adotando? Para Baquero²², “[...] apesar de todas as categorizações conceituais de democracia que se encontram na ciência política, dois tipos de orientação tem se sobressaído. Por um lado a democracia liberal e, por outro, a democracia social.” Para Baquero²³ (id), embora seja fruto de polêmica, divergências, debates e embates na

²² BAQUERO, 2000, p. 17.

²³ BAQUERO, 2000.

bibliografia no interior do campo, ambas as concepções tem como pontos comuns de convergência: “soberania popular, direitos humanos, igualdade de oportunidades e livre expressão.”

Faço acordo com esta definição generalizável de democracia e vejo que no avanço da democracia liberal, pois à medida que os pressupostos neoliberais de organização societária avançam, a soberania popular perde espaço para os agentes que operam na lógica de mercado, vem sendo retirado conteúdo dos regimes democráticos. Simultaneamente a perda de regulação social e a estabilidade procedimental do regime político, outras formas de expressão políticas vêm ganhando terreno.

Há uma extensa bibliografia abordando o tema dos movimentos populares, dos “novos movimentos” e da relação destes com os partidos políticos. Ao mesmo tempo, segundo Offe²⁴, “há um aumento de ideologias e atitudes ‘participativas’ que levam as pessoas a se servirem cada vez mais do repertório de direitos democráticos existentes”. Esta característica agrava o distanciamento entre os partidos constituídos, operando dentro do jogo eleitoral e a partir dos procedimentos formais e evitando o conflito para o aumento destes mesmos direitos. Ainda para Offe²⁵ (id) outros fatores fortalecem este hiato de “representação formal”, seria “o uso crescente de formas não formais de participação política” (como as já aqui tipificadas dentro do conceito estratégico, as que fortalecem as modalidades de protesto através de mobilização e geração de fatos políticos); e “as exigências e conflitos políticos de temas que conseguem se ‘politizar’”.

Isto se dá, porque fruto da correlação de forças, há a capacidade de um setor da sociedade, sujeito social organizado (através de um(s) agente(s) dotado deste propósito) ou fração de classe, de conseguir tornar politicamente aceitáveis temas que em uma etapa anterior eram vistos como de “ordem moral, privada ou confessional”. Tal é o caso, dentre vários, dos direitos reprodutivos (questão do aborto), do assédio moral (humanização do trabalho), da etnia como formadora de cultura (direito da ancestralidade e de preservação de formas tradicionais de vida) e das causas vinculadas direta ou indiretamente à ecologia (passando por demandas ambientalistas, preservacionistas, indigenistas, camponesas, dentre outras tantas).

É neste cenário de quebra do monopólio da representação, fazendo a crítica da intermediação profissional e sendo obrigado a operar num terreno de identidades fragmentadas e multiplicadas, que está sendo proposta e desenvolvida a modelagem de

²⁴ OFFE, 1992, p. 164

²⁵ OFFE, 1992.

“partido” (leia-se organização política específica) deste artigo. O enfoque organizativo do trabalho é visto como um foco de debates, um eixo de análise. Não se vê como único eixo, mas compreende que as formas de funcionamento refletem o projeto político em si, na forma viva por estar sendo exposto e reproduzido em meio das relações sociais e em cenários cada vez mais complexos.

JO foco deste trabalho e sua modelagem se dão através da análise e proposição organizativa da organização política, isto porque “são os conceitos essenciais a ser desenvolvidos”²⁶ para analisar o partido político. Para Panebianco²⁷, “naturalmente as organizações, e por tanto, também os partidos, têm um conjunto de características que obedecem a imperativos técnicos: exigências derivadas da divisão do trabalho, de coordenação entre distintos órgãos, da necessidade de desenvolver certa especialização em suas relações com o entorno, dentre outras exigências”. Assim a modelagem desta organização passa por uma conceituação inicial, como vemos a seguir:

O conceito fundamental da organização política libertária são os círculos concêntricos. Este conceito é simples e implica separar as formas de atuação e os níveis de compromisso. O político específico corresponde ao ideológico e é para os militantes politicamente organizados. Como esta organização não é de massas, portanto não tem filiação aberta. Compreende-se que o nível político-social e também o social deve ser massivo e aberto a todos os militantes populares. O político-social é para um setor afim, que compartilhe um estilo de trabalho, mas não necessariamente adepto no sentido ideológico-doutrinário. Já o social propriamente dito é para o conjunto das classes oprimidas, para a noção generalizável de povo como um todo. Corresponde às instâncias gerais da luta de classes e popular, proporcionando a organização do tecido social-produtivo, que é o pilar e o terreno do projeto de Poder Popular, através do processo de Radicalização Democrática.²⁸

O ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A CARÊNCIA NA CIÊNCIA POLÍTICA ATUAL

Este trabalho é tributário de uma teoria de médio alcance onde o recipiente de longo prazo para acumulação de forças na interdependência estrutural é a organização política e as instituições sociais (com perfil de movimentos populares), adentro dos quais esta instituição política tem penetração e está inserida. Para tanto, utilizaremos

²⁶ PANEBIANCO, 1982, p. 17.

²⁷ PANEBIANCO, 1982, p. 15.

²⁸ LIMA ROCHA, 2003.

alguns dos conceitos recorrentes na literatura contemporânea, recortando as ferramentas de utilidade explicativa independente de escola ou matriz teórica.

O tema específico do artigo é o objeto de estudo do treinamento de quadros de organizações políticas com intenções de ruptura. Este tema está posicionado, ao nosso ver, secundário na literatura política contemporânea; em especial se tratando dos autores e escolas cujas origens estão nos países centrais e consagradas nas universidades de países periféricos como o Brasil. Esta falta de importância não é por acaso. Cabe a ciência social dos países centrais também formular e servir de laboratório para suas políticas externas, tratando tanto de ações de Estado, seja as ações de tipo mais comum, inserindo os saberes acadêmicos na divisão internacional do trabalho. Infelizmente, boa parte dos centros de estudos da maior parte das universidades brasileiras, termina por se contentar em reproduzir o conhecimento enquanto representação, difundindo as premissas que terminam por impedir, por sua força doutrinária, a proposição de caminhos analíticos de pensar caminhos para além do pós-colonialismo, para os países latino-americanos.

Entendemos ser interessante apontar aqui a definição de Baquero²⁹ a respeito deste fenômeno, algumas de suas conseqüências e as possíveis contra medidas aplicadas pelos cientistas políticos latino-americanos:

No caso da América Latina, a “dependência” de paradigmas externos tem produzido uma estagnação no conhecimento, bem como uma paralisia da criatividade intelectual no sentido de propor alternativas para pensar nossa história a partir de construtos autóctones.

É justo no sentido da constatação e da crítica acima que se dedica este artigo. A ponderação que segue, conflui com a reflexão que faço no parágrafo além da citação. Vejamos:

Isso não significa negligenciar ou não analisar as condições contextuais de países com culturas e economias diferentes das nossas, sobre as quais foram elaboradas teorias. Pelo contrário, essas experiências devem ser utilizadas para identificar as especificidades dos países latino-americanos, porém devem ser examinadas como evidência contrafactual. Esta prática, penso eu, poderia ajudar a identificar as áreas nas quais o cientista político poderia atuar, indo

²⁹ LIMA ROCHA, 2003.

além do mero diagnóstico e descrição normativa, pois **naturalizar acriticamente as teorias internacionais³⁰ em nada contribui para vislumbrar estratégias emancipadoras de nossa condição de meros reprodutores de teorias³¹.**

Voltando ao desenvolvimento argumentativo próprio, ressalto ser a intenção aqui o estabelecimento de um diálogo e de levar ao debate de fundo, incluindo as premissas, de alguns autores que apresentamos ao longo do texto. Para manter certa coerência e o tom da polêmica necessário, debatemos utilizando algumas ferramentas que nos são apresentadas (genericamente) no próprio treinamento de pós-graduandos em ciência política. Particularmente, aqui se apresenta um “ecletismo metodológico”, mantendo fidelidade ao objeto de estudo e a estrutura originária deste trabalho³². Argumentamos que a capacidade de um analista está em utilizar os conceitos como ferramentas teóricas, capazes de explicar, exemplificar e universalizar algumas categorias, transitando entre teorias sem abrir mão de seus pressupostos. Cabe repetir a ressalva de que o espaço de um artigo é uma abordagem limitada, portanto elegeremos categorias básicas para o treinamento do quadro deste tipo de partido.

A POLI-FUNCIONALIDADE

Voltando ao objeto, só é possível desenvolver o funcionamento do agente de ruptura da ordem no longo prazo, o partido político com esta intencionalidade, se observarmos o elemento fundamental para seu funcionamento. Isto é, se estudarmos os quadros do partido, ou de acordo com a tradição especificista, os militantes plenos, aptos a delegar e ser delegados para distintas funções e tarefas, com bom domínio político e técnico das atividades levadas pela organização ao qual este pertence.

Estamos nos aproximando de uma idéia ampliada de quadro. Este não é apenas o membro de uma organização com funções de responsabilidade ou no manejo de aparelho burocrático. Mas sim e necessariamente o indivíduo que reproduz e leva adiante as distintas tarefas elegidas por uma organização política como fundamentais para sua missão institucional. Assim, entendemos o quadro de partido com intenções de

³⁰ Obs. meu: entendo que são teorias internacionais por sua força e gravitação através de origem, ou seja, dos países de capitalismo central. Não são “teorias internacionais” por se aplicarem mundialmente ou por terem conceitos “naturalmente” internacionalizáveis. No caso da América Latina, tal postura atinge não somente a ciência política stricto sensu, bem como o próprio fazer político e seus tipos ideais advogados e defendidos como normativamente positivos.

³¹ BAQUERO & CREMONESE, 2006, p. 47.

³² BEAKLINI, 2009.

ruptura, como um indivíduo com bom nível de treinamento para levar a cabo a poli-funcionalidade, assumindo distintas tarefas de acordo com as bases institucionais a que pertence.

Por poli-funcionalidade, entendemos que este quadro deva ser capacitado (ir se capacitando) para atender as distintas demandas apresentadas, tanto na interna da instituição como nas arenas onde esta organização atua. O manejo de tempos distintos em arenas diferentes é uma abordagem necessária para este nível de responsabilidade. Em termos teóricos, isto significa que a arena eleita não é necessariamente a arena eleitoral e a competição por mandato através de voto. Historicamente, a maior parte dos partidos/organizações que se propuseram a este objetivo finalista ou não atuavam nesta arena, ou a tinham completamente subordinada aos outros tempos³³.

Voltando ao tema do treinamento, o exercício destas responsabilidades implica um determinado tipo de capacitação bem diferente do treinamento de elites políticas de tipo oligárquicas, empresariais ou tecnocráticas. Não surpreende, portanto, que o tema seja pouco abordado pela literatura hoje produzida na área. Identificamos no treinamento político e técnico o elemento central da reprodução e desenvolvimento institucional destas organizações políticas.

CARACTERIZANDO O PARTIDO DE QUADROS COM INTENÇÃO DE RUPTURA

É preciso fazer a necessária generalização daquilo que estamos denominando de partido de quadros, ou organização política de minoria, com intenção de ruptura da ordem. Esta organização é o espaço onde se desenvolvem as tarefas e missões orgânicas do quadro como membro dotado de direitos e deveres neste tipo de instituição.

Nosso ponto de partida é a abordagem da análise estratégica executada por uma instituição política que caracterizamos como integrativa³⁴ e de programa máximo. Isto significa uma opção de rompimento e saída (no longo prazo) do sistema de concorrência eleitoral³⁵ como uma condição necessária para tentar executar os objetivos programáticos (permanentes).

Para realizar qualquer objetivo permanente, é necessário, minimamente, um agente que se proponha a realizá-lo (vontade política coletiva e organizada) e uma

³³ MECHOSO, 2002, p. 118.

³⁴ MARCH & OLSEN, 1996, cap.7.

³⁵ HIRSCHMAN, 1973, pp. 31-38.

possibilidade de formação social concreta que tenha esta isto como factível, nem que seja de forma latente. Uma vez que se trata de um objetivo coletivo (ou ao menos, extensivo a um grande número de pessoas), faz-se necessário um agente coletivo (a instituição) com o devido potencial de desenvolvimento para realizar aquilo que é sua missão institucional.

A premissa estratégica que adotamos é a mesma: o objetivo subordina ao método empregado, sempre lembrando que o método pré-determina o processo pelo qual se pode ou não vir a atingir o próprio objetivo. Assim sendo, entendemos que uma organização tem de hierarquizar seus objetivos temporários e os métodos para atingi-los. Mesmo que não os atinja, deve agir de acordo com o objetivo permanente demarcado por esta organização.

Por permanente compreendemos como estratégico, e subordinado ao objetivo finalista. Portanto, aquilo que é permanente pertence ao longo prazo, necessitando para isto de uma série de fatores positivos. Estes têm de ir ao encontro tanto da vontade política orgânica como da oportunidade de exercer esta vontade para seus fins, tais como:

- acumulação de recursos: recursos humanos, técnicos e materiais (nesta escala de prioridades);
- expansão organizacional: capacidade de desenvolvimento interno de acordo com a necessidade de cada momento histórico vivido³⁶;
- K social (capital social) operando sobre um tecido social fértil: rede de relações sociais transformada em círculos concêntricos de apoio e influência³⁷;
- gravitação política: influência sobre situações decisivas na vida coletiva de um país (ou de parte da população deste país);
- conjunturas propícias: seqüência de momentos (oportunidades) potencialmente favoráveis e ao menos parcialmente aproveitados;
- campo de alianças: alianças táticas (de concordância no programa imediato e/ou circunstancial) e estratégicas (de programa máximo)³⁸;

³⁶ CLAUSEWITZ, 1996 e PANEBIANCO, 1982.

³⁷ Ver, BOURDIEU, 1979, BORBA & SILVA, p. 107 e p. 115, in BAQUERO & CREMONESE, 2006.

³⁸ Esta é uma ampliação “profana” da idéia de campo de Bourdieu. Consiste num campo político e social de alianças entre agentes reconhecidos por seus respectivos pares e concorrentes. Ex1: aliança no campo social consiste em programas comuns entre distintos agentes, segmentos e setores de classe oprimida, demarcado por fatos políticos compartilhados, tais como campanhas reivindicatórias unificadas. Ex2: aliança no campo político pode se dar ao compartilhar uma frente de trabalho e ter acordo de

- fatos políticos: fatos políticos que podem ser de marcação de posição, resistência ou cumulativos, garantindo assim a presença política pública desta instituição política.

Considerando que se trata de uma organização política com intenção de ruptura da ordem, algumas condições estruturais são necessárias para que este partido tenha a chance de realizar parte de seus objetivos estratégicos. Estas condições são de crise do sistema político, ao menos em partes deste, especialmente no mecanismo da representação oficial. De modo que as formas estruturadas do conflito de classe e de dominação racionalizada sejam percebidas por um número significativo dos setores de classe oprimida.

Em termos existentes, implica na descrença (não total, mas majoritária) que soluções estruturais sejam possíveis sob qualquer forma de sistema econômico não distributivista e onde as decisões centrais de um país ou coletividade estejam subordinadas a interesses econômicos e de poder privados ou de insulamento tecnocrático (como seria o caso tipificado dos países de outrora capitalismo de Estado). Muitas vezes, estes interesses são minimamente regulados sequer pelas instituições capitalistas. Reconhecemos que a primeira etapa a ser alcançada para as soluções de fundo está na percepção desta descrença aplicada no regime democrático de direito. Isso não significa uma dicotomia do tipo:

a) a favor da democracia X b) contra a democracia ou

a) pelo regime democrático X b) pelo regime autoritário

Tem sim o significado que este processo de descrença aponte para uma relação tática com o regime da legalidade jurídica vigente. Deste modo, os mecanismos de representação indireta (como as eleições para o Executivo e o Legislativo) não serviriam mais de escape e amortecimento para as contradições e demandas de fundo. Ou seja, àquelas as quais seria necessário repactuar a sociedade para contemplar as reivindicações e apontar um modelo exequível de ordenação social.

A hipótese de ruptura se dá justo quando estas pautas são legítimas e legitimadas por amplos setores representativos de maiorias e não há exequibilidade

procedimento e programa entre duas instituições políticas. Quando duas organizações concordariam em elevar os níveis de conflito e emprego da violência política a partir de um mesmo movimento social onde estas organizações atuam com gravitação.

dentro do pacto poliárquico existente. O atual caso da Venezuela, considerando o estallido do Caracazo de 1989, como ponto de fratura dos acordos entre elites políticas e eleitorado pode ser um bom exemplo desta condição social. A distinção é que naquele momento, não havia lideranças políticas carismáticas ou organizações políticas inseridas em amplos movimentos sociais com expressões de massa aptos a canalizar a rebeldia que de latente, transformou-se em rebelião física e em atentados contra o patrimônio privado e os bens simbólicos da ordem então existente³⁹.

A RESPEITO DO TEMA DO TREINAMENTO DE QUADROS E O AMBIENTE INSTITUCIONAL PROPÍCIO

Uma vez que este artigo trata da hipótese de desenvolvimento de uma organização política de minoria, ou o partido de quadros, com intenção de ruptura da ordem constituída, as variáveis de desenvolvimento para este tipo de instituição política estão condicionadas por sua missão institucional. Como afirmamos acima, estamos tentando generalizar um cenário de conflito social com protagonismo das maiorias de classe oprimida e trabalhadora.

Esta hipótese automaticamente exclui soluções e processos desenvolvidos através de vanguardas esclarecidas de tipo armado e/ou de proselitismo político. Uma vez que a conjuntura de momento não possibilita visualizações precisas e de rigor quanto ao limite da reprodução em formato deste tipo de partido - levando-se em conta que a matriz anarquista pode ser reproduzível para além da normatividade desta ideologia, tal como ocorrer com as matrizes de tipo social-democrata a partir do último quarto do século XIX - tomamos a ousadia de apontar um “guarda-chuva ideológico genérico” onde é factível uma preposição de desenvolvimento, dentro do panorama político das esquerdas latino-americanas após o Levante Zapatista (1994) e a derrubada do presidente equatoriano Abdala Bucaram (1997).

No exercício da modelagem, busco algo que aponte para uma ordem social com distribuição justa, independência nacional e democracia substantiva, participativa e com experimentalismos institucionais nesse sentido. Este tipo de organização seria a versão atual (pós-bipolaridade) de uma soma de objetivos de libertação nacional e

³⁹ Um bom exemplo deste processo devidamente capitalizado por forças sociais e políticas organizadas se encontra no estudo de RIVERO (2006). Especificamente encontramos confluência conceitual com o Capítulo “La Insurrección”, que aborda a chamada Guerra do Gás, na Bolívia ainda governada por Sanchez de Losada (2002-2003).

democracia de cunho socialista, somados aos acúmulos de experiências atuais ou históricas na América Latina.

Através de raciocínio lógico binário, se a hipótese de “vanguarda auto-esclarecida” não é considerada válida, portanto a condição de organização de minoria tem como estilo político o impulsionar das instituições sociais voluntárias e de caráter massivo. Uma vez que esta mesma hipótese aponta dois eixos de mínimo denominador comum – o especificismo político-ideológico e o protagonismo das bases sociais - os mesmos se tornam o alicerce da caracterização do tipo de instituição política que abordamos.

Assim, para esta organização o nível político oficial, de concorrência através de eleições não é considerado nem no plano tático de atuação. Experiências recentes na América Latina vêm provando e comprovando a limitação deste tipo de atuação para fins de ruptura. A mesma ressalva é válida para ocupar estruturas estatais para, desde adentro, intentar cambiar a correlação de forças e missão institucional de modo a torná-los públicos. Experimentalismos institucionais dentro do regime de legalidade são também considerados de forma tática e não-determinante para cumprir seu objetivo. Por exclusão, as saídas pela via de ruptura são estratégicas e prioritárias.

Um aspecto é importante ressaltar, que é o tema da inserção e condicionamento das bases sociais para um objetivo finalistas dentro de uma estratégia permanente. O tema do controle por parte dos partidos de esquerda sobre os movimentos populares é justo o oposto do desenvolvido por Panebianco, ao generalizar a experiência da social-democracia européia (caps. 5 e 6). Assim, ao invés de ser inflexível para com sua própria base e transigir, a partir desta moeda de troca (o nível sindical e de massas), com os partidos da burguesia, este tipo de partido aponta para estruturas de democracia interna, tanto em suas instâncias internas como nos movimentos de classe os quais este incide e/ou hegemôniza⁴⁰.

Em termos concretos, esta instituição política defende e aplica a democracia interna, a autodeterminação resolutiva e a independência dos movimentos populares em relação aos partidos de classe (incluindo ao próprio partido). Este espaço assegura a autonomia das instituições não-estatais que operam como aglutinadores de interesses

⁴⁰ A leitura obrigatória para este tema se encontra na entrevista com o comandante do Movimento Revolucionário Tupac Amaru/Exército Revolucionário Tupacamarista (MRTA) Nestor Cerpa Cartolini (CARTOLINI, 1997). Nesta publicação se expõe as experiências de democracia direta e participativa desenvolvidas no Frente San Martín no final da década de 1980 até o início da década seguinte, nesta região de selva há 1.000 km. da capital do Peru, Lima.

das classes sociais oprimidas perante todas as instituições políticas agindo dentro e sobre ela. A democracia interna serviria como prerrogativa contra a cristalização com tendências burocráticas ou de oligarquias (ver a caracterização sobre o tema, Michels apud Panebianco⁴¹. Este é um dispositivo conformado por mecanismos e decisões visando impedir a deformação burocrática, tanto na interna da organização como nas estruturas organizativas nas instituições sociais (movimentos de classe e programáticos) onde este gravita⁴².

O binômio de autonomia de classe social e democracia interna em todos os níveis apontam para uma discussão de fundo teórico e essencial para nos fazermos compreender. Trata-se da própria idéia de classe política e, uma vez que esta se constitua, as possibilidades de seu desenvolvimento atingir ou não tanto a democracia possível como a desejável pelos agentes coletivos. Em tese, estaríamos diante das opções extremas de **perpetuação sem renovação, a chamada opção aristocrática; e renovação sem perpetuação, a dita a opção democrática-revolucionária**⁴³.

Partindo destas opções consagradas, formulo mais duas possibilidades: uma se aproxima da aristocrática, **transformando-a em oligárquica, ou seja, renovação para perpetuação**. Outra teria o mesmo perfil, mas insistiria em **perpetuação de missão com renovação de pessoal**, compreendendo esta como normativamente positiva para este modelo aqui apresentado. Em outras palavras, o tema é o do treinamento como parte essencial da reprodução desejável por uma instituição política⁴⁴. A discussão, por tanto, se dá sobre o mecanismo a ser reproduzido e o tipo de treinamento necessário para cumprir uma missão institucional.

Considerando as experiências anteriores, este mecanismo tem de gerar quadros treinados para assegurar a democracia interna (em todos os níveis) e os objetivos de programa máximo. Já o programa máximo, prevê a idéia de acumulação e vai de encontro as soluções de ordem tática de programas mínimos, com reformas parciais ou favorecimentos a uma categoria em contra de outra⁴⁵. É aquele que deve ser proporcionado pela própria instituição política que aqui se advoga. Não há possibilidade

⁴¹ PANEBIANCO, 1982, p. 36.

⁴² Uma abordagem clássica de tipificação de modelos e formas de desenvolvimento se encontra em PANEBIANCO (1982, caps. 4, 9 e 10), para a relação com o entorno do partido e as áreas de controle e inserção, recomendo ver o mesmo PANEBIANCO (1982, cap. 11). O tema do controle e da burocracia é desenvolvido neste mesmo clássico, PANEBIANCO (1982, cap. 12).

⁴³ BOBBIO, 2002.

⁴⁴ Para uma discussão e crítica do tema da classe política em Michels, ver BOBBIO 2002, cap.8, e com precisão pp. 225-227.

⁴⁵ PRZEWORSKI, 1995, cap.1.

teórica fora disso, e aí rigorosamente se descarta qualquer hipótese de definições de “falsa consciência”⁴⁶. Estas hipóteses seriam aquelas que se o indivíduo não cumpre aquilo que o partido advoga para a classe, ele se encontra no nível de consciência da classe em si e não na classe para si. Ou seja, o próprio partido já se auto-proclamou porta-voz dos interesses do povo ou da classe trabalhadora. Afirmamos que o comportamento de classe se adquire majoritariamente através de trajetória incorporada, aproximando-se assim do conceito de habitus⁴⁷. Também se dá através de esforço para inserção e incorporação em outra classe que não a de origem⁴⁸.

Este tipo de treinamento é fruto de pensamento estratégico e vontade política, portanto, rigor conceitual e motivação normativa. Nesta instituição política é reforçada a necessidade de aumento da capacidade de análise, ao identificar o jogo real (regras formais e informais, dentro de parâmetros legais e ilegais) e a arena prioritária onde este partido se lança. As identidades geram a coesão interna necessária, o que em tese, diminui os custos de coerção. E o quesito identidade é reforçado não apenas na origem, mas a identidade de povo (ancestralidade e pertencimento a um território) e de classe (compreendendo classe também como antagonismo).

Já os recursos técnicos necessários para o desenvolvimento próprio da instituição política, tais como o discurso e a linguagem política eleita para ser utilizada, são fruto direto de treinamento e experimentação orientada. Somados aos conceitos básicos, formulados como parâmetros analíticos e idéias-guia de fundo normativo, devem ser de uso comum a todos os quadros de um mesmo partido.

RETOMANDO A ARENA PRIORITÁRIA PARA ESTE MODELO E SUAS RAZÕES

O habitus poupa custos e esforços de sanções e de ambientação, mas não supera problemas de ordem de compreensão teórica e de mecanismo de funcionamento do ambiente político. Esta compreensão depende exclusivamente de treinamento, tanto teórico, conhecimento histórico e de vivência, compreendida por experiência empírica analisada a luz da própria razão da instituição política, da maioria dos quadros.

⁴⁶ PRZEWORSKI, 1986, p. 81.

⁴⁷ BOURDIEU, 1979, cap 8.

⁴⁸ Este conceito é reconhecido pela tradição de esquerda como opção de classe. Um termo leninista em desuso é suicídio de classe, bastante utilizado para setores estudantis universitários com possibilidade de ascensão ou mobilidade social através da graduação, ou então para a parcela deste setor que vai para a universidade receber treinamento para renovar a perpetuação.

Saídas de curto prazo ou de ordem tática tais como encarar a participação eleitoral como estratégica, as alianças de classes no plano eleitoral ou no outro extremo, alguma opção de tipo foquista ou massista também podem ser evitadas caso as ferramentas de interpretação e as políticas deliberadas pelo coletivo sejam permanentemente reforçadas e estudadas. Delegar a fidelidade do militante para como as orientações ideológicas e partidárias apenas para a vivência individual ou ao mundo das idéias (e conjecturas do pensamento) não são suficientemente fortes para se contrapor a uma dinâmica que já é, desde o ponto de partida, hegemônica pelas pautas e agendas comandadas pelas elites dirigentes de um determinado regime; e neste caso, do regime de democracia representativa⁴⁹. A compreensão da realidade (treinamento), os enlances através da inserção social do partido (através de seus quadros aí recrutados) e uma carga de experiências materiais e oportunidades políticas concretas formam um conjunto mínimo para ir mantendo e adequando uma instituição política para cumprir seu programa máximo de câmbio social e ruptura com a ordem constituída no longo prazo.

Um último aspecto necessário para o treinamento básico dos quadros deste tipo de partido é a adequação para seus níveis de responsabilidades, das arenas prioritárias para o partido se lançar na vida política onde este se afirma. Por exemplo, o nível eleitoral sendo negado, aponta para este partido outras arenas diferentes das esferas legais de concorrências por parcelas do poder. É fundamental a prática teórica interna como mecanismo de fortalecimento decisório, além de fornecer uma análise conjuntural permanente. Cumprir esta pauta interna de forma “afiada” é a garantia de aplicação desta análise no nível social, o que pode ser definitivo para o sucesso ou não - ou ao menos da continuidade do trabalho - do trabalho deste modelo de partido.

Um observador externo, que não compreenda os objetivos estratégicos de uma determinada instituição política, tende a ver este tipo de partido como “suicida” (caso analise pela via do comportamento político) ou “infantil” (numa compreensão mais

⁴⁹ Para uma discussão precisa da participação eleitoral da social-democracia européia ver PRZEWORSKI (1995, pp. 39-44). Como não tratamos neste artigo de momentos de ruptura, mas sim de trabalho no longo prazo sob regimes de democracia representativa sem distribuição de renda e participação política em decisões estratégicas para o país (América Latina), apenas apontamos a discussão de “reforma ou revolução”, nesta obra de PRZEWORSKI, (1985, pp. 44-51). Neste trecho do livro, é fundamental ver como a carga de compromissos adquiridos antes de eleições majoritárias (como, por exemplo, um programa de transição nacional-estatista, como o promovido por Allende, Chile, 1970-1973), uma vez que este é impossível de realizar dentro da legalidade, exclui outras possibilidades rupturistas, já que a ferramenta de organização de classe (o partido, ou a organização política) está compartilhando parcelas de poder do governo central, dentro do regime burguês, e com responsabilidades poli classistas.

precária de evolucionismo político)⁵⁰. Já se o jogo político prioritário para esta organização é a arena do poder real, a compreensão muda. O determinante passa a ser a própria matéria prima da ciência política, que é formada pelas relações de força em uma sociedade realmente existente. No caso latino-americano, uma sociedade de classes e de controle social das elites do regime por sobre as maiorias em geral subrepresentadas.

Se esta for à arena eleita pelo modelo orgânico, então há equivalência de propósito e conduta política de acordo com o programa e análise deste tipo de organização. Ao inverso do modelo de análise tradicional, o que entendemos poder vir a ocorrer é justamente o oposto da contradição de interesses mais aguerridos da base partidária em contra dos acordos centrais de uma elite dirigente, como foram os estudos de casos tratados por Panebianco⁵¹ e Tsebelis⁵², a exemplo dos partidos trabalhistas e socialdemocratas europeus.

Entendemos como maior a possibilidade de ocorrência de uma determinação coletiva não ser aplicada por quadros individuais, por motivações de recompensa material, coação de suas bases (necessidades diretas), recompensas individuais e falta de rigor analítico. Para superar este tipo de problema crônico, são necessários todos os fatores de constrangimento citados acima, somando a isso medidas disciplinares (coação organizativa, punitivas e de sanções morais) que variam de acordo com o tipo de defecção sofrida e dos limites orgânicos do partido em questão. É óbvia a correlação entre o nível de confronto com o regime, a carga de violência empregada e o nível punitivo esperado como fator de disciplina interna. O peso da gravitação e legitimidade social adquirida, pode também vir a dotar os movimentos sociais nesta órbita de uma instância de legalidade própria, atuando como mecanismo de coação coletiva de acordo com a institucionalidade acordada em coletivo, agindo com variados graus de participação e deliberação.

Retornando ao tema da análise política de qual a arena que se joga e se lança um determinado partido, esta só pode ser compreendida e analisada caso se conheça ao objetivo estratégico do partido e o grau de compreensão e fidelidade que seus militantes e quadros têm em relação a seu próprio objetivo finalista e a estratégia permanente definida. Entendemos assim que o treinamento inicia e se complementa na análise estratégica em sentido amplo, isto porque este modelo de organização de minoria tem

⁵⁰ Para uma discussão mais precisa de suicídio político no campo legal-eleitoral ver Tsebelis, 1998, (cap.5).

⁵¹ PANEBIANCO, 1982.

⁵² TSEBELIS, 1998.

como missão institucional uma incidência política dentro e através de um conflito de classes de longo prazo. Como dissemos no início do antes, neste pressuposto teórico o objetivo subordina ao método (segundo as condições de execução) e este se desenvolve de acordo com as necessidades de momento adequadas para acumulação de fatores positivos para o objetivo de longo prazo.

DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO AQUI APONTADO

Antes de mais nada é bom recordar que este é um trabalho de aproximação ao tema do treinamento de quadros. O modelo de partido estudado é justo o contraponto do que a literatura hegemônica em ciência política praticada na América Latina em geral, e no Brasil em particular, coloca como “modelo”. No mínimo se trata do oposto ao verificado em nosso próprio treinamento como cientistas políticos, especialistas que somos no desenvolvimento de conceitos analíticos e capacidades cognitivas debruçando-nos sobre as correlações de forças e condições de consecução da democracia indireta e das alternativas autoritárias (ou semi) em nosso país e na América Latina.

Por isso o diálogo realizado é com o contraponto do “modelo único”: instituições políticas agregativas, com hierarquias burocráticas profissionalizadas e participando da concorrência por parcelas de poder legal-constitucional. Em momento algum tivemos a intenção de ser normativos no sentido de afirmar que o modelo de partido X é melhor que o modelo de partido Y. Tal tipo de afirmação não resiste a nenhuma análise de rigor. Melhor para que? Qual a instituição adequada para cumprir uma missão institucional que não a sua de origem? Este é o debate de fundo.

O que sim procuramos começar a fazer é um estudo teórico, com rigor interpretativo e dotado de intensidade como o que a literatura (pela qual fomos treinados⁵³) aplica para os modelos majoritários. A tentativa é de buscar modelos aplicados em hipóteses passíveis de serem pensadas para e na América Latina. E, dentro do realismo científico, levando em conta os fatores determinantes que isto implica.

O treinamento que um modelo de partido tem de aplicar é aquele de acordo com suas necessidades estruturais e objetivos políticos (escalonados em tempo e prioridade). Uma vez que este modelo de instituição política buscava promover um protagonismo de setores populares, é fundamental para seu sucesso organizativo a

⁵³ Refiro especificamente ao chamado *main stream*, ou o suposto Estado da Arte, da ciência política hegemônica.

presença física e ideológica nestes meios. Isto nos leva a compreender o conceito de habitus como fundamental. Ou seja, o recrutamento deve ser voltado para aqueles que são legitimados nestes meios, isto é, sejam detentores do habitus da classe e segmentos que se quer organizar. Esta hipótese não é exclusiva, mas poupa custos de informação e esforço de treinamento que podem levar anos.

Não se pode, entretanto, delegar a capacidade de fazer política apenas e tão somente às origens e trajetórias dos quadros de uma organização. A trajetória é um ponto de partida para a aplicação do pensamento estratégico, sempre de acordo com os objetivos da instituição. Buscando um modelo complexo de análise, os fatores de treinamento têm de ser somados ao recrutamento (já dotado de habitus) e capacitação analítica. Isto no que diz respeito ao treinamento de formação conceitual e de ambientação no meio que se quer organizar. Fica em aberto os temas de treinamento técnico ou de aplicação político-técnico, necessários para qualquer instituição política (tenham o modelo e finalidade que tiverem) como os acima relacionados.

ASPECTOS CONCLUSIVOS QUANTO AO TEMA DO PARTIDO DE QUADROS

Aponto a ressalva que uma instituição política deste modelo depende determinantemente do bom trabalho de seus quadros. Isto nos leva a uma discussão clássica de **virtú política**, contemporaneamente analisada sob o conceito de **qualidade da liderança política**. Tanto este tema como o político-técnico não são abrangidos neste estudo, apenas reconhece-se o a sua importância.

Afirmamos sim, que o mesmo esforço empregado por indivíduos ou segmentos desfavorecidos para obter mobilização (e ascensão social, porque a mobilização não precisa necessariamente ser para cima) são empregados no sentido inverso. Ou seja, várias categorias analíticas são válidas para este tipo de modelo de partido, desde que se leve em conta que o modelo implica um objetivo distinto do abordado pela literatura hegemônica.

Como já afirmamos antes, os temas em ciência política são impostos pelas necessidades e anseios da realidade ao redor dos centros de estudo e pela projeção identitária e as ambições do produtor deste tipo de conhecimento. Assim, vemos este tema como de crescente necessidade num cenário latino-americano e brasileiro de

mudança de modelo (neoliberal) e com óbvias e enormes limitações de possibilidades de democracia substantiva pela concorrência eleitoral⁵⁴.

REFERÊNCIAS

- ANGUITA, Eduardo & CAPARRÓS, Martín (1998). *La Voluntad*, tomos I, II e III. (Buenos Aires, Norma Editorial).
- ARCHINOV, Piotr (1976). *História do movimento Macknovista: a insurreição dos camponeses da Ucrânia* (Lisboa, Cadernos Peninsulares).
- BAQUERO, Marcello (2000). *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina* (Porto Alegre, Ed.UFRGS).
- BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (2006) (orgs.) *Capital Social, Teoria e Prática* (Ijuí, Editora Unijuí).
- BEAKLINI, Bruno Lima Rocha (2009). *A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática* (Tese de doutoramento em ciência política. Porto Alegre, UFRGS-IFCH-PPG POL).
- BOBBIO, Norberto (2002). *Ensaio sobre ciência política na Itália* (Brasília, Editora UnB).
- BOBBIO, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (2004). *Dicionário de Política* (volumes 1 e 2) (Brasília LGE Editora/Ed. UnB).
- BONAVIDES, Paulo (1978). *Ciência Política*. (Rio de Janeiro, Forense).
- BOURDIEU, Pierre (1979). *La Distinction*. (Paris, Minuit).
- CAPPELLETTI, Angel (1968). *Bakunin y el Socialismo Libertario*. (México DF, Minerva).
- CARTOLINI, Nestor Cerpa (1997). *Entrevista al comandante del MRTA* (Montevideu, Editorial Recortes).
- CLAUSEWITZ, Carl von (1996). *Da Guerra* (São Paulo, Martins Fontes).
- COELHO, Plínio Augusto (2008) (org.). *Malatesta, escritos revolucionários* (São Paulo, Hedra).

⁵⁴ Estamos nos referindo a pouca margem de manobra vista, a partir da eleição presidencial brasileira de 2002, tomando como exemplo os acordos pré-traçados com o FMI, através da reunião e compromisso público assumido pelos quatro principais candidatos junto ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, isto em seu último ano de governo. E, através deste, junto ao organismo de regulação econômica global, cujos pilares seguem regendo o país apesar da alternância de projeto e de pólo de coligações de governo.

- COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA (2000)(org.). *Mikhail Bakunin, socialismo e liberdade* (São Paulo, Coletivo Editorial LL).
- COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA (2001) (org.). *Anarquia & Organização*. Nestor Makhno (São Paulo, Coletivo Editorial LL).
- COLETIVO LUTA LIBERTÁRIA (2002) (org.). *Errico Malatesta & Luigi Fabbr. Anarco comunismo italiano* (São Paulo, Coletivo Editorial LL).
- DIELO TROUDA. *Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários*. Disponível em:http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform/org_plat.htm.
- FEDERAÇÃO ANARQUISTA GAÚCHA (FAG). *Carta de Princípios*. Disponível em: www.vermelhoenegro.org/fag/carta/php.
- GUÉRIN, Daniel (1968). *El Anarquismo* (Buenos Aires, Ed. Proyección).
- GUÉRIN, Daniel (1968). *For a libertarian communism* (Oakland:PM Press).
- HIRSCHMAN, Albert (1973). *Saída, Voz e Lealdade* (São Paulo, Perspectiva).
- LIMA ROCHA, Bruno (2003). *O grampo do BNDES: quando o complemento da ABIN é a mídia oficiosa* (Rio de Janeiro, Sotese).
- MARCH, James & OLSEN, Johan (1989). *Rediscovering institutions: the organizational basis for politics* (New York, Free Press).
- MECHOSO, Juan Carlos (2005). *Acción Directa anarquista: una historia de FAU – 1965-1973* (Montevédu, Editorial Recortes, 2002).
- MECHOSO, Juan Carlos (2005). *Acción Directa anarquista: una historia de FAU, tomo II, La Fundación 1950-1956* (Montevédu, Editorial Recortes).
- OFFE, Claus (1992). *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales* (Madrid, Editorial Sistema).
- PANEBIANCO, Angelo (1982). *Modelos de Partido* (Madrid, Alianza Editorial).
- PRZEWORSKI, Adam (1995). *Capitalismo e Social-Democracia* (São Paulo, Cia. das Letras).
- PRZEWORSKI, Adam (1986). *Paper Stones: A History of Electoral Socialism* (Univ of Chicago Pr).
- RIVERO, María del Carmen (2006). *La insurrección. En publicacion: El poder de las luchas sociales. 2003: quiebre del discurso neoliberal* Rivero, María del Carmen CEDLA (Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, La Paz. Julio).
- TROUDA, Dielo. *Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários*. Disponível em: https://www.nestormakhno.info/portuguese/platform/org_plat.htm.
- TSEBELIS, George (1998). *Jogos Ocultos* (São Paulo, EdUSP).

VILLALBA, Enriqueta Davis, MUÑOZ, Freddy E. Blanco (2006). *Ciencia Política y Sociología Política* (tomo II) (Cidade do Panamá, Imprenta Universitaria).